



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROCESSO Nº: 6145/2025

PROJETO INDICATIVO Nº: 185/2025

AUTORIA: Andrea Duarte

EMENTA: INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE DIAGNÓSTICO RÁPIDO E DESBUROCRATIZADO DE TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

- Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)
- Secretário: Dr. William Miranda (UB)

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise do Projeto Indicativo nº 185/2025, de autoria da Vereadora Andrea Duarte, que objetiva sugerir ao Poder Executivo a instituição da Política Municipal de Diagnóstico Rápido e Desburocratizado de Transtornos do Neurodesenvolvimento, com foco prioritário no Transtorno do Espectro Autista (TEA) e no Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). A proposta sugere ações como a aquisição de tecnologias, capacitação de profissionais da saúde e educação, e a criação do programa "Laudo Já".

O processo foi protocolado nesta Casa Legislativa em 17/09/2025 e, após despacho da Presidência, encaminhado à Procuradoria-Geral.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Consta nos autos o Parecer Jurídico nº 580/2025, exarado pela Douta Procuradoria, que opinou pelo **PROSSEGUIMENTO** da proposição. A Procuradoria fundamenta que a matéria é de interesse local (Art. 30, I e II, da Lei Orgânica Municipal), mas sua implementação (criação de políticas e programas) enquadra-se na competência privativa do Poder Executivo (Art. 143, parágrafo único, da LOM). Destarte, concluiu que o Projeto Indicativo é o instrumento legislativo adequado, conforme o Art. 136 do Regimento Interno. O parecer jurídico opinou, ainda, que a proposição atende aos requisitos de técnica legislativa da Lei Complementar nº 95/98.

Após o parecer, o projeto foi lido no Expediente da Sessão Ordinária em 06/10/2025 e encaminhado a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em 09/10/2025.

O projeto tramita em regime Ordinário. Não há registro de Emendas.

II. ANÁLISE

Esta Comissão analisou a proposição sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e juridicidade, conforme competência definida no Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

1. Constitucionalidade e Legalidade

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

Acolhemos o Parecer Jurídico nº 580/2025, exarado pela Douta Procuradoria.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A matéria referente à política de saúde pública e diagnóstico se insere na competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme o Art. 30, incisos I e II, da Lei Orgânica Municipal.

Contudo, a proposição, ao sugerir a criação de programas (como o "Laudo Já"), aquisição de equipamentos e definição da estrutura de atendimento, adentra a esfera da organização e funcionamento da administração municipal. Tais matérias são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto no Art. 143, parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal.

Dessa forma, o instrumento utilizado, **Projeto Indicativo**, é constitucional e legal, servindo como recomendação formal ao Poder Executivo, em conformidade com o Art. 136 do Regimento Interno desta Casa.

2. Técnica Legislativa e Redação (LC 95/98)

A Procuradoria opinou pelo respeito às diretrizes da Lei Complementar nº 95/98.

Esta Comissão, em sua análise, verifica que a proposição atende aos requisitos formais exigidos. A estrutura da minuta de projeto de lei cumpre o disposto no Art. 136, Parágrafo único, do Regimento Interno, que exige que o Projeto Indicativo tenha "a forma de Minuta de Projeto de Lei".

A articulação dos artigos segue o padrão da LC 95/98, inclusive no uso correto da expressão "Parágrafo Único" no Art. 1º, em conformidade com o Art. 10, inciso III, da referida lei complementar.

O texto apresenta-se com clareza, precisão e ordem lógica. Não foram identificados vícios de técnica legislativa ou erros de redação que necessitem de Emenda de Redação.





CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

III. VOTO DA COMISSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e BOA TÉCNICA LEGISLATIVA** do Projeto Indicativo nº 185/2025.

IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto Indicativo nº 185/2025.

Sala de Reuniões, 27 de novembro de 2025.

Professor Renato Ribeiro (PDT)
Presidente

Raphaela Moraes (PP)
Vice-Presidente

Dr. William Miranda (UB)
Secretário

